

A Construção da Relação Civil-Militar no governo FHC: O Olhar de Homens da Caserna

VICTOR AUGUSTO RAMOS MISSIATO¹

Email: victor_missiato@hotmail.com

Na história republicana brasileira as relações entre militares e civis se deram, em muitos momentos, por meio de disputas políticas dentro do controle do poder político no Brasil e, também, em torno da manutenção do domínio quase que irrestrito das Forças Armadas gerenciando a Defesa no país. Quando falamos em um pensamento na esfera da Defesa no Brasil temos que ter em mente como e quando houve a construção desse tema, o qual apesar de tratar-se de uma questão nacional, historicamente não foi algo construído pela sociedade civil brasileira. A partir desse cenário, nota-se que a condução dessas políticas foi realizada por grupos estritamente ligados a uma função específica sem a presença ativa da população ou dos representantes dessa sociedade, em inúmeras situações (MARQUES, 2001: 13-26). Desde os tempos do Império, por exemplo, o marechal Caxias já se intrometia nas políticas brasileiras e prezava pela autonomia do Exército. A descrença dos militares referente à corrupção e a má administração dos políticos se fazia presente desde o século XIX.

A partir dessa constatação, dentro das relações civis-militares, visualizamos a participação civil ou a falta dela no que tange o apoio e/ou a convivência para com os generais, os quais governaram ininterruptamente o Brasil por mais de duas décadas, na segunda metade do século XX (um exemplo elucidativo foi a chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” realizada em 19 de março 1964 nas ruas da cidade de São Paulo, envolvendo setores conservadores da sociedade, a qual contava com membros da Igreja Católica e do empresariado e apoiava a participação militar na política). Dada essa situação vigente durante boa parte do Regime Militar (1964-1985), destacamos que o processo de redemocratização do Brasil não foi orientado apenas por

¹ Mestrando em História pelo Curso de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – campus de Franca. Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Bolsista CAPES.

mãos civis, pois assuntos que deveriam ser tratados na Constituição de 1988 não foram dialogados e tais mudanças não foram discutidas, pois na prática eram ações que minimizariam a abrangência dos interesses do aparelho militar. Apesar de manterem o controle político sobre as questões de Defesa e, também, segurança interna, os militares tiveram que passar por uma reorientação de suas prioridades e ameaças.

A presença militar no que tange a interferência na política do país permaneceu após o regime militar. Podemos constatar dessa presença, uma permanência dos assuntos ligados a Defesa e Segurança no país sob as mãos das instituições castrenses, além de preservarem a histórica visão militar de guardiões da República brasileira presente nas teses de conclusão de curso dos oficiais do Exército na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Ou seja, notamos uma situação paradoxal na formação da Nova República no Brasil: dentro de um sistema democrático, a gerência de políticas, as quais deveriam girar em torno dos interesses de toda a sociedade, restringe-se basicamente aos interesses de um pequeno grupo desse conjunto. A não participação de toda sociedade no diálogo da defesa no país é sentida até no meio militar, pois no regime democrático representativo o orçamento e o reaparelhamento das Forças Armadas são discutidos no Congresso Nacional:

No que diz respeito à insuficiência e descontinuidade dos recursos orçamentários, é preciso reconhecer a priorização política do governo das ações voltadas para o desenvolvimento, a estabilização econômica e a correção dos desníveis regionais e desigualdades sociais. No entanto, é perfeitamente viável considerar as atividades relacionadas com a defesa como de ponderável contribuição para o desenvolvimento nacional, particularmente as referentes à pesquisa e produção na área de ciência e tecnologia, as quais geram produtos de elevado valor agregado, o que vai ao encontro da política governamental. Para que isso aconteça é necessário uma efetiva aproximação do Ministério da Defesa com o Congresso Nacional, de modo a envolver e comprometer o segmento político com os assuntos de defesa, conforme o preceituado na CF/88, o que poderá influenciar a área econômica do governo a preservar os orçamentos das Forças Armadas (SHINZATO, 2002: 51)

A relação entre a precária situação das Forças Armadas no que tange seu rearmamento e o fraco apoio por parte da sociedade civil e seus representantes é sentida

até pelos militares, que detiveram esse controle na defesa durante boa parte do período republicano brasileiro:

O comprometimento da capacidade de defesa do País é consequência da insuficiência de recursos orçamentários, decorrente, principalmente, da inexistência de uma mentalidade coletiva de segurança. Assim, superar esses óbices através da ação política, principal instrumento de que dispõe para o exercício de suas funções, é o grande desafio para o Ministério da Defesa no desempenho do seu papel de condutor da Política de Defesa Nacional (SHINZATO, 2002:55)

Ao constatarmos que na Nova República a situação da Defesa no país não foi amplamente discutida, tomamos como ponto de partida as questões conjunturais internas e, principalmente, externas, responsáveis pelas mudanças nas Forças Armadas no pós-Regime Militar. Tendo em mente essa situação, destacaremos as novas atribuições dadas as Forças Armadas brasileiras no pós-Guerra Fria e conseqüentemente, pós-regime militar.

Essas injunções de variadas ordens e dimensões – tanto na órbita externa quanto na dimensão interna do país – produziram alterações na mentalidade militar e geraram uma crise de identidade, ao introduzirem um fator de tensão entre a manutenção de antigos valores consolidados ao longo da história republicana e a inserção minimamente adaptada aos novos tempos (OLIVEIRA & SOARES, 2000: 103).

Após o *lobby* militar dado na formação da Constituição de 1988, a década de 1990 surge com novos desafios para as Forças Armadas do Brasil. Apesar de manterem o controle nas políticas de Defesa, as instituições militares passaram pelo seguinte desafio: a procura de uma nova missão (SANTOS, 2004: 116). Pode-se afirmar houve a necessidade de mudança dos militares referente à sua atuação em um regime democrático. Vale notar que foram mais de duas décadas em que os militares estiveram no poder comandando o país. Enfim, como administrar a saída do poder e se ver inserido dentro de um novo contexto, onde sua presença necessariamente deve-se transformar? Inevitável compreender que esse processo (conversão a uma cultura

política de defesa democrática) não se resolveu da noite para o dia, e até o período em que essa pesquisa pretende traçar (2008) o processo esteve distante de ser concluído...

Contraopondo-se ao período da Guerra Fria, Santos expõe que os militares no que se refere a sua missão interna se orgulhavam de participar em auxílios sociais, o que os próprios denominam “atividades subsidiárias”. Todavia, como o próprio nome nos fala, essa função se caracteriza por ser algo secundário no pensamento militar para sua missão interna. O que realmente incomodou as Forças Armadas nesse período de transição foi uma possível mudança estrutural para se transformarem em apenas forças policiais agindo no território nacional (SANTOS, 2004: 116). Nesse cenário, qual foi a nova missão das Forças Armadas brasileiras? Para avançarmos nessas questões, temos que ter em mente que o papel das Forças Armadas ainda não estava claramente definido, ou melhor, dizendo, suas funções não estariam restritas ao âmbito externo ao final do século XX:

Uma outra questão que deve ser considerada é a separação entre os conceitos “política de defesa” e “segurança interna”. Tradicionalmente, esses conceitos constituem domínios distintos: a política de defesa tem orientação externa e é tarefa das Forças Armadas, enquanto a segurança interna pertence à área da polícia. [...] O Brasil apresenta uma situação mista. Enquanto o conceito de segurança nacional está ausente da Constituição de 1988 e as polícias civil e militar estão claramente incumbidas da segurança pública (art. 144), o papel das Forças Armadas é definido de maneira ambígua (SANTOS, 2004: 119).

Tendo em vista o processo de redemocratização, partimos do artigo 142 da Constituição de 1988, que direciona:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988)

Na visão de um oficial militar do Exército essa relação entre a sua atuação interna e a preocupação com a defesa externa do país foi algo construído ao longo dos anos no Brasil e sua relação subentende-se completamente assimilada como função da Força:

Historicamente, as posturas de Defesa Externa e Interna Brasileiras se confundem em vários aspectos, por razões que vão desde as dimensões continentais do País até as características culturais do seu povo. Não há um sistema nacional integrador de todos os campos do poder nacional em prol da segurança interna. Com a finalidade de sanar esta deficiência, de acordo com suas possibilidades, o Exército Brasileiro, com base em suas experiências mais recentes, desenvolveu o conceito de “Segurança Integrada”, através do qual busca aumentar a eficiência de seu desempenho em prol da Garantia dos Poderes Constitucionais, da Lei e da Ordem (PERLINGEIRO & PIRES, 1996: 71).

Após a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), iniciou-se um processo de redemocratização das instituições nacionais, tendo essa transição ocorrida de maneira conjunta, tanto que no governo Sarney vários militares “auxiliaram” nesse processo, e até participaram de forma indireta na constituição de 1988 (*lobby* militar) (ZAVERRUCHA, 1994). Nota-se então, que o regime democrático brasileiro ao final do século XX emerge com problema de identidade grave, pois a condução de um interesse nacional permanece restrita ao grupo militar, o qual por sua vez se sente na obrigação de manter esse gerenciamento, tendo em vista que a população não teve participação assídua sobre o tema. Como colocado antes, vemos que o governo transitório de José Sarney foi conduzido com o “auxílio” dos militares na intenção de manter uma transição pacífica evitando grandes acirramentos como, por exemplo, ocorreu com a vizinha nação argentina (LOPEZ, 2007: 15-31).

FHC e as rainhas da Inglaterra: a criação da Política de Defesa Nacional e Ministério da Defesa

Após o período intempestivo na política brasileira durante o processo de *impeachment* de Collor e a sucessão transitória de Itamar Franco, emerge a presidência da República o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de um período sem maiores instabilidades no regime político, haja vista que durante os seus dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002) não houve uma tentativa de derrubada ou destituição da ordem vigente. Essa “tranqüilidade” vista no governo FHC aliada a ações, as quais visavam à reordenação do trato com a Defesa no país, ou seja, a tentativa de aproximar essa esfera a democracia, traduziram-se nas pioneiras criações da Política de Defesa Nacional (PDN) em 1996 e no Ministério da Defesa (MD) em 1999. Todavia, ao analisarmos os trabalhos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército feitos no decorrer do governo FHC, veremos que muitas das características históricas da relação civil-militar brasileira permanecem no contexto político nacional. Prova disso serão as teses de conclusão de curso dos militares, as quais criticam a PDN, relativizam o papel do Ministério da Defesa, além de manterem duras críticas ao antigo inimigo interno e subversivo no Regime Militar, ou seja, os militantes de esquerda, e manterem a tradição de guardiães da República, portadores de valores éticos, distintos do meio político e representantes legítimos do interesse da sociedade brasileira. No decorrer deste texto veremos que o documento e a instituição foram avaliados de maneira positiva, porém não deixando de abordar as falhas encontradas na origem e na condução dessas iniciativas.

Ao direcionarmos nossos olhares para o ano de 1996, temos o estudo de Miyamoto, o qual nos mostra, que a importância referente à criação da PDN se deu por ser o primeiro momento na história do Brasil em que “o governo elaborou oficialmente um documento com tal característica; em segundo, definiu os parâmetros a partir dos quais a atuação se daria (MYIAMOTO, 2000)”. Contudo, uma das razões para que a PDN (1996) não possuísse uma visão estratégica e uma forte conotação militar para a condução em conjunto com a diplomacia foi a grande influência que o Itamaraty exerceu na elaboração de seu texto:

Na linha do já mencionado anteriormente, a diplomacia nacional caminhava na direção de acoplar o tradicional conceito de dissuasão às grandes linhas da política externa brasileira, explicitando a preeminência dessa última sobre a primeira (ALSINA, 2003).

Ao longo do curto documento (cinco páginas), pode-se perceber a carência de temas diretamente relacionados a questão da Defesa, como claras ameaças iminentes, objetivos em Defesa no Brasil, orçamento para a área e etc. Pelo contrário, o texto realmente não percorre esses quesitos, deixando apenas leves impressões sobre a esfera militar e na maioria das vezes ressaltando um “histórico” pacifismo nacional e o fortalecimento do sistema democrático, o que não contribuiu para uma transparência de interesses na região da América do Sul, por exemplo, haja visto que outros países da região possuem o Livro Branco de Defesa, que detalha com maior precisão os interesses do país na esfera da Defesa:

1.6. A implementação de uma política de defesa sustentável, voltada para a paulatina modernização da capacidade de auto-proteção, depende da construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia, reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais e compatibilize as prioridades nos campos político, social, econômico e militar, com as necessidades de defesa e de ação diplomática (BRASIL, PDN, 1996).

Ao presenciar a influência de características diplomáticas no cerne da PDN, Alsina não a qualifica como um documento de defesa, porém o texto “não elimina sua centralidade para a reestruturação do arcabouço institucional brasileiro relacionado ao setor militar (ALSINA, 2003)”. No entanto, a própria maneira como se deu a criação da PDN (uma disputa entre Marinha e Aeronáutica acerca da aviação naval) ilustra muito bem como não houve um planejamento político voltado para uma nova institucionalização nessa área. No meio militar, a PDN também sofreu com julgamentos por não estar adequadamente ligada a uma política estratégica, voltada direta e minuciosamente para os reais interesses brasileiros em defesa:

Uma medida já teve sua primeira etapa concretizada: a moldura de uma política de defesa, útil como referência mas que não baliza o preparo militar com razoável precisão. Se vier a ser complementada por uma política militar que produza o balizamento e por inserções de interesse para a defesa, nas políticas setoriais, ela terá sido um bom início (FOGAÇA, 1997: 09).

Ao vermos que tanto os estudiosos como os próprios militares vêem o inédito documento de 1996 muito mais como um documento simbólico, por ser o primeiro desse tipo no Brasil, do que por sua praticidade e transparência nos interesses em defesa do país. Muitas vezes, a questão orçamentária foi um dos fatores principais, que marcou a crítica dos militares em relação ao segundo escalão dado a Defesa brasileira durante o governo FHC:

As Forças Armadas encontram-se profundamente prejudicadas em sua operacionalidade e em seu desenvolvimento tecnológico em decorrência de sucessivos e consideráveis cortes orçamentários. Os recursos alocados para a expressão militar são praticamente inexpressivos, dos menores do mundo, incompatíveis com a magnitude de sua missão constitucional, com o imensurável valor do patrimônio a proteger e com a estatura do País. Em 1996, foi aprovada a Política de Defesa Nacional, base para o subsequente planejamento das ações de defesa e para o estabelecimento de estratégias e diretrizes. Esse documento, embora ressalte a importância da defesa nacional e reconheça as incertezas e ameaças potenciais do mundo de hoje, deixa explícito que a defesa continuará situada em baixa prioridade para fins de recebimento de recursos, ou seja, aflora um paradoxo entre a retórica do texto e a realidade da execução (LIMA, 1999: 22).

De fato, a questão orçamentária para a Defesa no Brasil não foi prioridade durante os anos em que FHC esteve na presidência do país. Todavia, muitos dos recursos dessa esfera foram destinados ao pagamento de ativos e reformados das Forças Armadas. E o fator agravante dessa situação foram as aposentadorias precoces de muitos oficiais, os quais não almejavam ou não conseguiram ascender no topo da carreira hierárquica:

Em relação ao Brasil, tomando por base a informação do governo remetida à OEA, em 15 de abril de 2002, sobre os dados do orçamento militar de 2001, como parte do relatório para o instrumento de padronização internacional de gastos militares, verificou-se um orçamento total de 17.392.375.000 de reais, sendo 7.596.719.000 para o Exército, 4.294.750.000 para a Marinha, 5.153.389.000 para a Aeronáutica, 352.301.000 para o Ministério da Defesa e 4.220.000 para assistência militar (Op Paz da ONU). Desse total, 16.214.929.000 era destinado ao custo operacional, sendo 13.370.046.000 para pessoal, 2.644.183.000 para operações e manutenção e 1.005.893.000 para aquisições (723.780.000) e obras (282.113.000) e apenas 178.553.000 para pesquisa e desenvolvimento. Desses dados, verifica-se que a maior parte do orçamento se destina ao custeio (pagamento de pessoal, custos administrativos de manutenção da tropa, etc.) sendo muito pequenos os recursos destinados a aquisições. No caso do Brasil, cerca de 73% é destinado a despesas de pessoal e, dos 21% destinados à manutenção, conservação e investimentos, 17% está comprometido com despesas obrigatórias (AGUILLAR, 2001).

Em um documento da ECEME, também se analisou o problema de repasse de verbas durante a década de 1990 e início da década de 2000. Porém, a situação das aposentadorias precoces não foi claramente abordada como empecilho para o investimento na modernização das Forças Armadas:

O presente trabalho abordou aspectos fundamentais sobre a precariedade de recursos orçamentários alocados ao Exército Brasileiro. No decorrer do trabalho foram apresentadas as evoluções do Orçamento Público, as alterações feitas no Plano Plurianual, a participação do Exército no Orçamento Geral da União e a representatividade orçamentária das Forças Armadas no Produto Interno Bruto. Primordialmente o trabalho mostrou a reestruturação do sistema orçamentário, a sistemática de elaboração da proposta orçamentária e apreciou assuntos relacionados à Reforma Gerencial Orçamentária ocorrida no Orçamento Geral da União, como também a mudanças após o Plano Plurianual denominado Avança Brasil e os reflexos da pouca disponibilidade de recursos para o Exército Brasileiro, face às restrições impostas pela Lei Orçamentária Anual e os sucessivos contingenciamentos, dificultando a formação de mecanismos de defesa que possibilitem um perfeito, digno e profícuo desempenho de sua missão constitucional (AMORIM, 2001: 05).

Concluindo sobre a importância deste documento, Miyamoto ressalta a importância de levar essa questão aos olhos de toda sociedade com a finalidade de democratizar o debate sobre Defesa no país. Apontando as lacunas e falhas da PDN, nota-se que houve uma análise superficial sobre o tema, pois os tópicos abordados foram colocados a partir da ausência de maiores critérios. Vemos que se trata de uma proposta em consonância com as políticas adotadas a partir da década de 1980 de estreitamento dos laços cooperativos na região sul-americana por parte do Brasil. Mas, não deixando de atentar-se ao fato de que tal documento não satisfaz uma concepção clara e objetiva sobre um pensamento em defesa alinhado a um regime democrático, dado suas lacunas e falhas com que o documento aborda e a realidade enfrentada pelas Forças Armadas ao final do século XX no Brasil. Por isso, avaliamos de maneira construtiva e permanente a crítica colocada por Miyamoto no que tange a formulação da PDN.

Além da PDN, o governo Fernando Henrique instituiu o Ministério da Defesa em 1999, órgão que inicialmente não tinha como clara prioridade o controle da Defesa e Forças Armadas por parte do meio civil, servindo apenas como interlocutor entre militares e governo, mas sem muita interferência desse último nos assuntos de defesa. O que corrobora essa afirmação foi o fato de os próprios militares assumirem a condição de construtores dessa instituição:

A partir de 1995, o Estado-Maior das Forças Armadas, por determinação presidencial, iniciou os estudos para a criação do Ministério da Defesa, visando a otimizar o sistema de defesa nacional, formalizar uma política de defesa sustentável e integrar as três Forças, racionalizando as suas atividades. Inicialmente, foi constatado que dentre 179 países apenas 23 não possuíam Forças Armadas integradas por um único órgão e, destes, somente três, entre os quais o Brasil, tinham dimensões políticas, econômicas, psicossociais e militares que justificavam a sua criação, como por exemplo a extensão territorial e Forças Armadas adestradas e estruturadas (SHINZATO, 2002: 36).

Além do fato interno do governo entregar aos próprios militares a responsabilidade pelo estudo do Ministério da Defesa e impedir, com isso, o *controle civil objetivo* por parte da sociedade, houve a pressão externa para que o Brasil construísse esse órgão e, aparentemente, inserir-se com maior profundidade a um sistema democrático de defesa no continente americano. Além disso, a visão militar diz que “é oportuno assinalar que a decisão de se implantar um órgão de defesa no País deu-se em meio a um ambiente sob forte pressão internacional, cuja finalidade principal era promover o desarme das nações sul-americanas (SHINZATO, 2002: 37)” A partir dessas conjunturas é possível questionar o real campo de atuação do Ministério da Defesa quanto ao controle civil.

Citadas as conjunturas políticas para a criação do Ministério, o autor também explora um reduzido orçamento para as Forças Armadas como motivo da concepção do MD. Ou seja, mesmo com o auxílio do EMFA em sua formulação, a instituição serviria apenas para piorar o quadro dos militares na Nova República:

Como solução e implementação dessas idéias era necessário subordinar o Poder Militar ao Civil, negar às Forças Armadas o acesso a armas modernas e à tecnologia militar de ponta e reduzir os orçamentos de defesa para forçar a diminuição de efetivos e de tarefas, até à extinção das instituições militares. Internamente, essas idéias eram assimiladas e respaldadas por forças políticas ressentidas e temerosas de novas intervenções militares como as que ocorreram na região na segunda metade do século passado (SHINZATO, 2002: 37).

É notável a crítica dirigida à construção do MD por parte de setores militares, pois nos anos anteriores à sua concretização, podemos encontrar em uma tese esse descontentamento: “Como a criação do Ministério da Defesa encontra resistência nas próprias Forças Armadas, dificilmente será fruto de um consenso entre militares e a

sociedade, devendo, portanto, ser consequência de decisão política do Chefe de Governo (FOGAÇA, 1997: 26).”

De acordo com as informações do próprio Ministério, a reformulação da Defesa brasileira pautou-se na idéia de formalizar uma política de defesa sustentável integrando as três forças e conseqüentemente, otimizando suas atividades (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA). Também compuseram os objetivos desta reformulação o alcance da transparência e da democracia no debate referente a este tema, uma maior articulação entre civis e militares e, também, entre as Forças Armadas e o Itamaraty. No entanto, a praticidade do Ministério no governo FHC se mostrou deficitária ao não concretizar essas propostas após sua institucionalização.

A concretização do Ministério só ocorreu no segundo mandato de FHC, quando já era um dos poucos países no mundo que não contavam com a centralização da Defesa num único ministério vinculado direta e hierarquicamente ao presidente. A primeira medida de FHC foi nomear ministros que não fariam oposição à criação do Ministério, em seguida, em lugar de induzir estudos acadêmicos e um debate político nacional sobre o tema, se precipitou a solicitar assessoria ao ministro do EMFA, General Benedito Onofre Leonel, para concepção do Ministério. Assim, dada a ignorância e desinteresse geral da sociedade civil sobre as questões concernentes a área da Defesa e Segurança, todas as discussões formais sobre a instituição do órgão contaram com a supervalorização da opinião militar, cuja presença era massiva. O próprio deputado Benito Gama, relator do projeto de emenda constitucional (PEC) declarou que o Ministério da Defesa seria uma espécie de rainha da Inglaterra: “reina, mas não governa (ZAVERUCHA, 2005)”. Com isso, o que era para ter sido um grande avanço do governo FHC na área do controle civil para com as Forças Armadas, serviu apenas para demonstrar a permanente influência dos militares no controle da Defesa no país, mesmo com sua capacidade de atuação enfraquecida com a precária modernização vista durante a década de 1990.

Ao exercerem o controle pela Defesa no país, os militares mantiveram-se ativos no sistema político e isso se fez presente nas análises dos oficiais superiores que concluíram seu curso na ECEME. Através do seu tradicional *espírito de corpo* militar, há uma separação implícita entre os homens da caserna e o resto da sociedade civil, apesar das também históricas divergências políticas no interior das Forças Armadas

(divergências no interior de cada Força, além da rivalidade entre Marinha, Aeronáutica e Exército), as quais não se sobressaem, na maioria das vezes, dessa união militar (CASTRO, 2004).

Essa valorização do espírito militar exerceu forte influência mesmo com o fim do Regime Militar. Ao lermos os documentos escritos pelos militares, notamos a tentativa de se afastar dos valores vigentes dos políticos brasileiros e defender uma suposta tradição de defensores dos valores republicanos e democráticos em todo período da história política brasileira, contra os subversivos também presentes em todo o processo:

A história da república brasileira mostra que o Exército, por suas características próprias de credibilidade, idealismo e formação, tem sido, ao longo dos anos, o recurso evocado por parcela da liderança civil e pelo próprio povo, nos momentos críticos da Pátria, daí as inúmeras interferências da Instituição na vida política nacional (FILHO, 1996: 07).

Outra tese também caminha nessa direção ao colocar as Forças Armadas ao lado de outras instituições na construção de um Brasil ideal:

O Exército, ao lado da Marinha e da Aeronáutica, tem agido como incansável guardião da ordem constitucional, mantenedor da ordem interna e da unidade da Pátria. Determinado no cumprimento de sua missão e convicto de que não há crescimento, nem evolução de uma sociedade sem o fortalecimento de suas instituições basilares (Igreja, Escola, Família e Forças Armadas) (FREITAS, 1997: 19).

A auto-proclamação militar de guardiões legítimos da República brasileira fez com que permanecesse o ideário de defensores contra parcela da sociedade (lê-se partidários da esquerda), que no entendimento das Forças Armadas contribuíram para o enfraquecimento do poder decisório do Exército e para a desestruturação do aparato bélico brasileiro: “g. A maior parte das dificuldades que o Exército enfrenta no campo interno se deve a posturas revanchistas, adotadas por segmentos da esquerda nacional, que se recusam a mudarem suas concepções ideológicas, em função de uma nova realidade (PERLINGEIRO & PIRES, 1996: 53).”

Essa “disputa” colocada na década de 1990 vista nos trabalhos desses militares evidenciou os atritos entre governo e Forças Armadas, o que dificultou a relação civil-militar durante o período, mesmo com os avanços institucionais da pioneira Política de

Defesa Nacional e do Ministério da Defesa. Percebemos que mesmo após uma década de fim do Regime Militar, o governo FHC não conseguiu ser o responsável por trazer a Defesa para o âmbito democrático, ou seja, os militares, mesmo que enfraquecidos, não cederam o espaço do controle da Defesa e, simultaneamente, a sociedade civil não estabeleceu suas propostas para o setor nesse novo sistema democrático nos finais do século XX.

Fontes documentais

AMORIM, J. M. F. de. **O Orçamento e o Exército Brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro. 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. 1996.

FILHO, H. de S. **A participação do Exército na vida política nacional: Da Proclamação da República ao fim da era Vargas**. Monografia do Curso de altos estudos militares. ECEME. 1996.

FOGAÇA, V. A. **Ministério da Defesa. Modelo mais adequado ao Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército)– Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro. 1997.

FREITAS, J. de C. **O papel do Exército na Sociedade Brasileira no próximo século**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro. 1997.

LIMA, R. N. de O. **EXÉRCITO BRASILEIRO - uma postura para o terceiro milênio**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército)– Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro. 1999.

PERLINGEIRO, R. B. & PIRES, C. A. R. **Diretriz Estratégica de Defesa Interna (SIPLEX-5)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro. 1996.

SHINZATO, L. M. **O papel do Ministério da Defesa na condução da Política de Defesa Nacional: uma visão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército)– Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro. 2002.

Bibliografia

AGUILLAR, S. **Políticas de Defesa e Orçamentos Militares no Cone Sul**. <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Sergio%20Aguilar%202002-07-07.pdf>. Acesso em: 01/02/2011.

ALSINA JR., J. P. S. **A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso**. In: Revista Brasileira de Política Internacional. V.46 n.2 Brasília jul./dez. 2003.

CASTRO, C. **O Espírito Militar – Um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro. Ed: Jorge Zahar Editor. 2004.

LOPEZ. Argentina: Um longo caminho rumo ao controle civil sobre os militares. In: SAINT-PIERRE, H (Org.). **Controle Civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

MARQUES, Adriana A. **Concepções de Defesa Nacional no Brasil: 1950-1996**. Campinas S.P. Dissertação (mestrado). 2001.

MIYAMOTO. S. **A Política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional**. Rio de Janeiro (RJ). Revista Contexto Internacional. Vol. 22. 2000.

OLIVEIRA, E. R de. & SOARES, S. A. Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: CASTRO, C. & D'ARAUJO, M. C. **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro. Ed: FGV. 2000.

SANTOS, M.H. de C. **A nova missão das Forças Armadas latino-americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol.19. n.54. FEV/2004.

ZAVERUCHA, J. **Rumor de Sabres – controle civil ou tutela militar?** São Paulo (SP). Ed. Ática. 1994.

ZAVERUCHA, J. FHC, FA e Polícia. **Entre o autoritarismo e a democracia**. Rio de Janeiro (RJ).Ed: Record. 2005.